

O telejornalismo e a abordagem da temática indígena ¹

Mônica Panis KASEKER²

Katia Andressa PERUZI³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

Nos últimos anos, experienciamos, de forma inédita no Brasil, o maior protagonismo indígena em cargos políticos e em produções artístico-culturais. Este artigo problematiza o tratamento da temática indígena pelo telejornalismo diário, à medida em que este se vê desafiado pela maior interlocução com fontes indígenas. A partir de pesquisa teórica e documental, fundamenta-se em autores que refletem de forma crítica sobre a prática jornalística, como Moraes (2022), Veiga da Silva (2015) e Luciano Baniwa (2006). Conclui-se que as maiores dificuldades se referem à competência cultural dos jornalistas não indígenas nessa abordagem, assim como a limitação de tempo nas rotinas de produção de notícia.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo; indígenas; fontes; competência cultural.

Introdução

Nos últimos dois anos, jornalistas têm sido desafiados pela maior interlocução com indígenas, a partir de sua presença, de forma inédita no Brasil, em cargos políticos e sendo protagonistas em diversas áreas, como em produções artístico-culturais. Na política, por exemplo, Sônia Guajajara se tornou a primeira ministra indígena brasileira e Joênia Wapichana, a primeira presidenta da Funai. Já na cultura, Ailton Krenak foi o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e Daniel Munduruku passou a ser consultor indígena de telenovela da Rede Globo. Trata-se de um novo momento, que inaugura a maior presença indígena na mídia como fontes jornalísticas e isso reflete também no telejornalismo.

Essa interação entre indígenas e jornalistas é algo que está se firmando nas últimas décadas, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988. Antes disso, os povos originários eram submetidos ao regime de tutela, uma legislação que o Estado utilizava para subordinar os indígenas e que teve início com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1916. Os indígenas eram classificados como “incapazes” e, por isso, ficavam “sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina, email: mkaseker@uel.br.

³ Jornalista e mestranda em Comunicação na Universidade Estadual de Londrina, email: katia_peruzi@hotmail.com.

adaptando à civilização do País” (BICALHO, 2010, apud KASEKER, OTA, 2024, p. 2). A tutela deixa de ser entendida como proteção e assistência, e passa a afirmar uma incapacidade civil e intelectual desses povos, sendo oprimidos e silenciados pelo SPI, que passou a ser a representante oficial e porta-voz dentro e fora do Brasil, ampliando os estereótipos e as diferenças (LUCIANO, 2006).

Criada durante a Ditadura Militar, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai), que é uma reformulação do SPI, continuou a tratar o indígena como uma vítima: “sem tutor ou protetor os índios não conseguiriam se defender, se proteger, se desenvolver e sobreviver” (LUCIANO, 2006, p. 35). Além disso, com a Funai, os povos originários não podiam sequer circular entre as aldeias, para tudo dependiam de autorização oficial e eram impedidos de se mobilizarem contra o Estado (OLIVEIRA E FREIRE, 2006). Em 2023, a Fundação Nacional do Índio passou a ser denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Com a tutela, os indígenas tiveram a sua capacidade de protagonismo anulada até mesmo em conflitos de terras, como é o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul, apontado por Klein (2008), mas que pode se estender a outras etnias e outros estados.

Durante todos estes anos, a tutela também refletiu na produção jornalística, pois os indígenas não eram entrevistados e nem vistos como fontes, o diálogo era mediado pelo Estado. A Constituição de 1988 mudou o curso da história brasileira e reconheceu os povos originários como cidadãos brasileiros, conquista que fez com que passassem de incapazes a protagonistas (LUCIANO, 2006). Os direitos garantidos pela constituição fazem com que, nos dias atuais, eles conquistem novos espaços na academia e na política, além de incluir-se em um “novo lugar na história do Brasil” (ALMEIDA, 2012, p. 23).

Isso possibilitou a mudança nas abordagens das temáticas relacionadas aos originários e no relacionamento com a mídia, passando a serem sujeitos comunicacionais e podendo “através de muitas lutas, cada vez mais conquistar poder de fala e representatividade no telejornalismo” (KASEKER, OTA, 2024, p. 10).

O telejornalismo

Devido à demora na interação entre mídia e povos indígenas, várias dificuldades foram - e ainda são - registradas por parte dos jornalistas, inclusive pela falta de conhecimento da realidade indígena, o que reflete em como sua competência cultural é delineada. A diversidade dos povos indígenas no Brasil não é representada pelas mídias hegemônicas, que “têm

construído e reproduzido visões estereotipadas e genéricas” (KASEKER, OTA, 2023. p. 13) e as trata, muitas vezes, com preconceitos e sem escutar essas vozes.

Galassi, Kaseker e Ribeiro (2022) analisaram a representação dos indígenas desde as primeiras adaptações da literatura para o cinema, até as telenovelas brasileiras e observaram que a visão colonialista reproduz estereótipos e preconceitos até a atualidade. Nessa perspectiva hegemônica, os autores identificaram que os indígenas aparecem em diferentes discursos e narrativas como atrasados, bárbaros, bons selvagens, exóticos, integrados/aculturados, não humanos, preguiçosos, sensuais e invasores. Outro problema muito frequente é a representação dos indígenas de forma genérica, desconsiderando a riqueza e complexidade presentes entre os 266 povos existentes no Brasil (IBGE, 2024).

O indígena é visto como vítima e isso é reflexo do passado recente, principalmente por três motivos: os indígenas e suas comunidades foram praticamente dizimados por negligência do Estado; pela busca insaciável das riquezas naturais em suas reservas; pela mentalidade de cultura superior que existe entre os não-indígenas (KLEIN, 2008, p. 232).

A rotina do jornalista televisivo com noticiário diário, as pressões e a precarização do trabalho fazem com que, muitas vezes, os profissionais da comunicação deixem de lado reflexões importantes e sigam o objetivismo impregnado no fazer jornalístico, e isso acaba se tornando um problema para que eles trabalhem com questões interculturais. Mas, segundo Moraes (2022, p. 9), essa pressa em noticiar e o pouco tempo de exercício dos profissionais não podem ser desculpa para explicar questões como a permanência do racismo e do classismo comuns nos veículos diários, tampouco a exotificação de populações como as indígenas. O jornalismo, responsável por tornar público assuntos de interesse da sociedade, necessita urgentemente olhar com mais cuidado para os povos indígenas e suas histórias, “não mais com um olhar “colonizador”, mas colocando a pessoa humana – e, neste caso, aquele que ocupa o lugar do Outro – no centro da questão” (URQUIZA, 2015, p. 14).

O “não olhar ou o olhar precário” do outro está naturalizado, e isso é organizado por uma forma colonial muito enraizada no fazer jornalístico, pois são exigidos dos repórteres objetividade e neutralidade e, com isso, não há discussões raciais e de gênero (MORAES, 2022). A objetividade é necessária para a realização de procedimentos básicos ao fazer notícias, mas o problema acontece quando a objetividade é “assentada em uma racionalidade que se coloca como universalista, construída sobre ideais humanistas racializados, generificados, sobre uma racionalidade que construiu um "normal" e um “Outro”” (MORAES, 2022, p. 13).

A objetividade causa mal-entendidos nas redações, pois, no senso comum, ela é entendida como antônimo da subjetividade. “O suposto distanciamento entre o jornalista-observador e o fato-objeto observado não impede que pontos de vista, história, formação, orientação da linha editorial, entre outros fatores, interfiram na produção da notícia” (IJUIM, 2023, p. 84).

Logo, uma prática mais “reflexiva e situada” precisa ser usada pelos jornalistas, para que a utilização imoderada do jornalismo objetivo passe a dar espaço ao jornalismo de subjetividade, compreendendo que eles não produzam e reproduzam um saber “descorporificado” (MORAES, 2022).

O jornalismo deveria então evitar usar o binarismo para explicar e traduzir o que acontece no mundo, porque a reportagem deve ir além de “ouvir os dois lados”, deve informar criticamente o público. No telejornalismo, em especial, há a cultura que tudo deve ser dito de forma simples e objetivo para que a maior parte da população compreenda o que é falado, mas equilibrar o simples e não ser raso é difícil, “escrever com simplicidade e construir um texto crítico e criativo é um constante desafio, pois as matérias, muitas vezes, tornam-se superficiais” (BECKER, 2005, p. 73).

João Carlos Correia (2004) também concorda que no processo de produção do telejornalismo há a preocupação em adequar o que é falado para que o “telespectador médio” compreenda, e isso é feito com base no senso comum. A partir disso, a mídia pode passar a acentuar o conformismo por causa da possível configuração de suas narrativas: “a própria objetivização que resulta dos processos de tipificação desencadeados pelos jornalistas pode redundar em estereótipos fundados em generalizações falsas” (CORREIA, 2004, p. 190).

Os critérios de objetividade utilizados pelo jornalismo não são capazes de ouvir mais mulheres, negros e indígenas “principalmente enquanto especialistas, como dotadas de um saber socialmente mais valorizado” (MORAES, 2022, p. 15). É a partir das fontes que o jornalista faz suas confirmações para poder produzir as notícias e informar o espectador, sendo as fontes oficiais preferidas da imprensa “pela influência, poder e acesso facilitado as pautas da mídia, sendo que a elas é dado o maior poder de fala” (SCHMITZ, 2011, apud KASEKER, OTA, 2023, p. 9).

Pierre Bourdieu (1997) faz críticas ao jornalismo de televisão problematizando a urgência em dar a notícia, por conta da concorrência entre os jornais e da audiência, e conseguir o furo de reportagem. “Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de toda uma série de consequências que se retraduzem por escolhas, por

presença e por ausência (BOURDIEU, 1997, p. 39). O autor também contesta critério de escolhas das fontes. Ele chama de *fast-thinkers* os especialistas que pensam em alta velocidade, com “ideias feitas”, e que são os escolhidos pelos jornalistas, não apresentando um pensamento crítico. E os “habitués da mídia” são, para Bourdieu, as pessoas que aparecem com frequência nos noticiários e já estão na agenda dos jornalistas para falar sobre determinados assuntos. Com isso, pessoas que deveriam ser ouvidas deixam de ser procuradas (BOURDIEU, 1997, p. 41).

Outro problema em relação a escolha das fontes é evidenciado por Emerim, que diz que “muitos dos entrevistados não estão lá para fornecer informações; a sua mera presença já é a informação pela qual os telespectadores anseiam: são as celebridades” (EMERIM, 2008, p. 21). O processo de produção do material telejornalístico e o espaço que os sujeitos ocupam na sociedade delimitam o protagonismo do indivíduo na mídia, e isso “passa pela questão do poder de dizer e mostrar, o qual está, destacadamente, com a instituição midiática. Assim, podemos compreender a perda do protagonismo dos indígenas quando transferidos para a tela da televisão” (KLEIN, 2008, p. 236 e 237).

O telejornalismo, por ocupar um lugar de destaque, é muito utilizado por pessoas que buscam informações sobre o mundo (CORREIA; VIZEU, 2008) e, ao contrário dos primórdios da televisão, hoje está presente 24 horas em alguns canais. “O telejornalismo pode ser compreendido como um dispositivo muito importante para a informação, mas que não mais é somente informação, pois também atribui sentidos que vão muito além da informação” (KLEIN, 2008, p. 108) e sabe-se que ele é um grande formador de opiniões e conceitos (PORCELLO, 2006).

Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e outras não, e veem de tal forma o que veem, operando com “seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Correia (2004) acredita que, por causa da identificação com o sentido popular, os jornalistas se esforçam para identificar temas e interesses que são mais apelativos para as pessoas que consomem a informação. É indiscutível que, por trás da notícia há o olhar do cinegrafista, a ótica do repórter e o recorte da edição, e cabe aos profissionais “escolher certo, com responsabilidade, critério, ética, e, principalmente, honestidade” (PORCELLO, 2006, p. 82).

Apesar do controle da produção da notícia e da seleção dos temas ser da instituição midiática e dos jornalistas, no telejornalismo, Klein (2008) defende que isso não depende unicamente deles.

Trata-se de um processo social que envolve vários sujeitos, o que faz dele um discurso polifônico com uma pluralidade temática. Todos os sujeitos envolvidos no processo de construção de uma reportagem participam dele buscando destacar o que consideram relevante no acontecimento ou do tema da reportagem. (KLEIN, 2008, p. 229 e 230)

Em uma reportagem envolvendo indígenas, por exemplo, há a junção de diferentes culturas, como a dos profissionais, do Estado e dos originários, por isso há uma grande diferença no que é relevante para uma e para a outra:

A cultura jornalística é urbana e a cultura indígena é ainda essencialmente rural; entre os jornalistas ainda predomina uma visão de que os indígenas se encontram num estágio atrasado de civilização, ao passo que entre estes se nota uma consciência fragilizada de sua cultura inferiorizada e do lugar que ela ocupa em relação à sociedade e ao Estado. O que existe em comum é a mediação: tanto os profissionais da mídia quanto os indígenas, bem como os outros sujeitos envolvidos nas reportagens, desejam que os acontecimentos ou sua participação seja mediada, porém cada um buscando destacar as suas relevâncias. (KLEIN, 2008, p. 230)

Algumas regras precisam ser seguidas pelos jornalistas para dar conta de exigências de quem trabalha na televisão, como o tempo máximo da duração de uma matéria (EMERIM, 2010), e há a intenção por parte dos mesmos de reter a atenção do público, evitando que ele mude de canal pela falta de interesse (PORCELLO, 2006).

Em busca de uma maior agilidade no momento de fazer a reportagem, há o risco de impor um ritmo inadequado à entrevista, em que o jornalista “até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados” (MEDINA, 2011, p. 6, apud KASEKER, OTA, 2023, p. 11). Tais comportamentos são os mesmos com os indígenas, sendo, de certa forma, impedidos de apresentar os seus próprios pensamentos.

Para haver uma mudança nesses comportamentos, não deve ficar a cargo apenas da reportagem pensar em um jornalismo de subjetividade, mas de toda a produção jornalística e, para além disso, deve acontecer ainda na universidade, as disciplinas tanto de jornalismo como do campo da comunicação devem evidenciar a reflexividade (MORAES, 2022).

Marcia Veiga da Silva (2015), em sua tese de doutorado, passou por salas de aula da graduação de jornalismo em duas universidades federais brasileiras. Ela percebeu que as recomendações de uma prática reflexiva para que o aluno tivesse alteridade e uma abertura para o Outro não faziam parte de uma política pedagógica institucional, mas que partiam apenas de alguns professores. O problema é que não tendo esta previsão didático-pedagógica institucionalizada como parte da política de ensino-aprendizagem, mesmo que sem perceber "o

professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão" (SILVA, 2005, p. 24, apud SILVA, 2015, p. 161). E isso deixa os alunos sujeitos a potencializar os valores hegemônicos e aos binarismos “das convenções sociais de certo/errado, normal/anormal, poder/subordinação”, o que poderia ser quebrado com a prática reflexiva (SILVA, 2015).

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista [machista, sexista, classista, ente outras] na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p. 17, apud SILVA, 2015, p. 161)

É importante a perspectiva normativa nas aprendizagens dos jornalistas, como o conhecimento sobre os manuais de redação, mas deve haver uma permanente reflexão crítica acerca das interferências da subjetividade dos profissionais, e os conceitos que fundaram o jornalismo, como objetividade e imparcialidade devem ser problematizados de forma suficiente (SILVA, 2015). Se os jornalistas começarem a ter capacidade de fazer novas perguntas, sem indagações que esperam respostas simplistas para temas complexos, e pautar novas perspectivas de pensamentos, será possível produzir conhecimentos e gerar mais reflexão e criticidade aos telespectadores (MEDITSCH, 2012, apud SILVA, 2015, p. 266).

Devido ao aumento de relações no mundo digital, as pessoas estão cada vez mais interagindo e discutindo questões como o racismo e o preconceito, se tornando cada vez menos possível o se apartar de assuntos como estes em busca da objetividade tal qual delineada historicamente. Para Moraes (2022), a mudança nas redações deve começar pela pauta, sendo ela o que dá forma ao conteúdo jornalístico oferecido ao público, organizando e hierarquizando pessoas e discursos. É pela pauta que é possível começar a colocar em prática tanto questionamentos mais reflexivos e críticos, como novos entrevistados que serão vistos em reportagens (MORAES, 2022).

Algumas reportagens exibidas pela RBS (Rede Brasil Sul de Televisão) sobre os indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul foram analisadas por Otavio José Klein, em sua tese de doutorado. O autor enfatiza que “a televisão não problematiza a questão da identidade indígena Kaingang, que somente encontra espaço no material telejornalístico na perspectiva de um

elemento de identificação ou de adjetivação deste povo” (2008, p. 53). O discurso sobre os indígenas que aparece na mídia, em especial no telejornalismo, é um discurso de não indígenas, ou seja, heterorreferencial, e a utilização de palavras como “índios” e “bugre” são resultados, principalmente, desse olhar heterorreferencial, uma prática que acontece “desde o Império, nos poderes políticos constituídos na República, mas também na literatura, no cinema e, mais recentemente, na televisão” (KLEIN, 2008, p. 229). Klein aponta que os povos originários e a sua cultura são objeto de tematização da sociedade que os nomeava desde 1500.

A palavra “bugre”, do século XVI, é uma expressão do olhar do colonizador e esse olhar constitui raiz de discriminação, provocando uma “desqualificação do indígena por meio de sua designação como atrasado, selvagem, sem cultura. Como pressuposto, temos o entendimento de que” (CABRAL, 2013, p. 89).

Cristian Wariu, da etnia Xavante, em seu canal do Youtube, explica que a palavra ‘índio’ é incorreta ao se referir aos povos indígenas, porque foi criada equivocadamente pelos primeiros navegantes ao chegarem nessas terras e acreditarem ter chegado às índias.

O correto é indígena, que é o oposto de alienígena. E que é um perfeito exemplo, pois, como todo mundo sabe, alienígena é algo que vem de fora do planeta ou de fora da terra. Dessa forma, a palavra indígena é o oposto disso, que seria algo nativo da terra ou originário da terra. (WARIU, 2018)

Em entrevista ao programa Roda Viva, o escritor e ambientalista Kaká Werá comenta os vocabulários usados para descrever os povos indígenas. Ao ser perguntado por um jornalista se ele sente preconceito linguístico, o indígena respondeu especificamente sobre o termo ‘índio’, que também surgiu no século XVI.

[...] o que é o índio nessa história? Durante os primeiros 70 anos ele foi modelado para ser o escravo dessa história. E depois desse período, o índio era associado a moeda. Índio nada menos é, naquela época, do que moeda de troca. Escravo e usado como moeda. [...] Quando veio a mudança de escravização, quando a escravização passou a ser africana, o índio passa a ser estorvo, aí nasce a profissão de bugreiro, que é o caçador de índio. Que é aquele sujeito que ganhava por par de orelhas cassados. E desde então ele passa a ser um estorvo, e por incrível que pareça esse modelo do século XVI é o mesmo modelo que está por aí. [...] Então, tudo isso, o conceito de índio guarda pra nós essa dor. (WERÁ, 2017)

Werá diz que não existe apenas uma dominação correta para se direcionar a eles, mas “o que nós, entre nós, colocamos é: povos originários, cidadãos originários... tanto quanto

cidadãos e povos de outras culturas” (WERÁ, 2017). O escritor foi questionado também se a palavra ‘indígena’ soa como ofensivo e ele explica que não, mas volta a pontuar que não se deve usar uma palavra, como por exemplo ‘índio’, para se referir a todos eles, diante da diversidade de etnias existente no Brasil. (WERÁ, 2017).

Célia Xakriabá (2021), no podcast ‘Papo de Parente’, da plataforma do Globoplay, afirma que, além da palavra índio, a palavra ‘tribo’ também condiz ao olhar do colonizador e que não leva em conta as dores e o processo cultural da diversidade dos povos indígenas do Brasil, os tratando como se fossem primitivos e não civilizados.

[...] até a Organização das Nações Unidas reconheceu o peso e o jeito pejorativo da palavra da palavra tribais. É muito importante retomar o significado da palavra e da história. Os povos originários do Brasil se reconhecem muito mais por serem chamados povos indígenas. Use a palavra povo, use a palavra aldeia. (XAKRIABÁ, 2021)

Sobre este mesmo termo, Daniel Munduruku conta que ao ser questionado qual seria a sua ‘tribo’, ele sentiu a necessidade de explicar que esta palavra não é adequada para identificar os indígenas, pois identifica, de forma humilhante, um determinado grupo.

No Brasil, há muitas tribos urbanas que usam um certo linguajar, vestimentas, símbolos, etc. Mas na hora de comer, todos correm para os supermercados para comprarem seus alimentos. São grupos dependentes da economia nacional. Isso é uma tribo. Ela é sem autonomia e sem organização social própria, está submetida às leis nacionais. Nossa gente não é tribo porque tem autonomia, independência, organização social, língua, economia e manifestações culturais que se distinguem das nacionais. Por conta disso, a palavra tribo precisa ser substituída por povo. Não tenho uma tribo, mas faço parte de um povo. Nesse caso, Munduruku. (MUNDURUKU, 2024)

Na mesma linha, Wariu diz que ‘tribo’ é uma denominação europeia criada para hierarquizar os diferentes povos, do selvagem ao bárbaro e, por fim, ao civilizado. “O que é um erro, pois, povos, diferentemente disso, não são superiores ou inferiores. Apenas têm costumes, tradições e organizações sociais e políticas distintas” (WARIU, 2018). O autor enfatiza que, ao invés de tribo, é possível utilizar os termos povos, nações, comunidade, aldeia, ou mesmo perguntar a denominação na língua originária do povo que está sendo mencionando.

Portanto, as palavras podem causar estragos. Jornalistas, muitas vezes, falam de forma leviana palavras sem ter a menor ideia da dificuldade e da gravidade que elas evocam, muito menos das responsabilidades em que implicam “evocá-las diante de milhares de

telespectadores, sem as compreender e sem compreender que não as compreendem. Porque as palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias, ou simplesmente, representações falsas” (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Um dos temas mais destacados nas reportagens factuais da RBS TV “é o indígena como perturbador da ordem social”, mesmo sendo totalmente negativas para este povo, pois são, geralmente, “construídas segundo a ótica de outros sujeitos ou instituições da sociedade” (KLEIN, 2008, p. 232). Os povos originários também são retratados pela emissora de televisão em reportagens temáticas, principalmente no “Dia dos Povos Indígenas”, em que são mostradas as “ações na defesa de suas comunidades, especialmente na luta por recursos junto ao Estado, mas também nos momentos de conflito interno, para fazer valer as tradições indígenas” (KLEIN, 2008, p. 232). Portanto, a protagonização dos indígenas é diferente nestas duas situações.

Os dados revelam que, quando as reportagens são feitas num contexto que revela uma relação dos indígenas com a sociedade e o Estado, o que ocorre mais nas “reportagens factuais”, a sua fala é menor, ou seja, 10,25%, ao passo que nas temáticas é de 26,62%. [...] os indígenas detêm um menor tempo de fala nas “factuals” porque a instituição fala mais, e os outros falam mais e possuem mais tempo de fala nas “temáticas” porque tanto a instituição midiática como os outros falam menos. (KLEIN, 2008, p. 237)

Esta análise feita pelo autor revela que em uma reportagem de televisão, as falas dos indígenas aparecem de forma muito reduzida e recortada, o que os impossibilitam de serem “nomeadores do seu mundo”. “A voz indígena resume-se a pequenas frases colocadas nas reportagens para confirmar o relato da instituição midiática” (KLEIN, 2008, p. 215).

Bourdieu (1997) acredita que assim como os jornalistas são manipulados pela instituição, também são manipulados, e quanto mais manipulados, mais inconscientes são de ser manipulados. A televisão exerce uma violência simbólica, que “ocorre com uma cumplicidade tácita dos que sofrem e dos que exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 23). Uma das notícias mais utilizadas pelos jornalistas, segundo o autor, são as chamadas “variedades”, que contem sangue, drama e crime, porque são notícias que distraem e atraem a atenção para fatos que interessam todo mundo, as notícias ‘omnibus’.

As notícias de variedades consistem nessa espécie elementar, rudimentar da informação que é muito importante porque interessa a todo mundo sem ter

consequências e porque ocupa tempo, tempo que poderia ser empregado para dizer outra coisa. Ora, o tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Um outro problema referente às reportagens exibidas pela RBS TV, relatada por Klein (2008), é sobre a constante utilização da imagem dos Kaingang pintados e com cocares de penas de aves, pois isso reforça estereótipos. Este povo utiliza pinturas e cocares principalmente em algumas danças ou ações de que integram suas lutas, como foi o caso da ocupação da Funai em Passo Fundo. Nesta ocasião, a imagem dos Kaingang foi utilizada em 100% do tempo nas reportagens da emissora, pois causou impacto aos profissionais, mas “ao destacar o primitivismo, a televisão apresenta o indígena como sem história, pertencente a uma sociedade cujo estágio de desenvolvimento civilizatório cristalizou-se no tempo” (KLEIN, 2008, p. 233).

Os indígenas falam pouco e aparecem muito em reportagens e “quanto mais o espaço de reportagem for ocupado pela instituição midiática e seus agentes, tanto mais estarão presentes temáticas definidas segundo a visão da instituição e dos profissionais a respeito dos indígenas” (KLEIN, 2008, p. 244).

Considerações finais

É importante situar que as reflexões apresentadas neste artigo fazem parte de uma investigação de mestrado em fase inicial, que se baseiam em pesquisa bibliográfica e documental. Em uma próxima etapa, pretende-se entrevistar jornalistas sobre sua prática e as questões levantadas até então.

Até recentemente, o jornalismo brasileiro tinha pouca interação direta com os povos indígenas e, com isso, evidencia-se que a visão colonialista com que o Estado os tratou refletiu na produção da mídia de massa, muitas vezes com preconceito e deixando de ouvir essas vozes. A sua competência cultural foi e ainda é delineada pelo reflexo da falta de interação e conhecimento da realidade indígena.

Outros hábitos enraizados na cultura do fazer jornalismo também contribuem com a forma com que os indígenas são tratados e retratados, como o pouco tempo para produzir as matérias, a preocupação em falar de maneira simples para que a maior parte da população entenda, a forma com que as entrevistas são conduzidas e a busca por fontes oficiais ou recorrentes. A formação dos jornalistas ainda na universidade também influencia na forma distante e superficial com que é tratada essa temática.

Além disso, muitas vezes, os profissionais da comunicação deixam de lado reflexões importantes por conta das pressões e da precarização do trabalho. No ambiente jornalístico, em geral, está naturalizado o ‘não olhar’ para o outro, porque são exigidos dos repórteres objetividade e neutralidade e, com isso, é comum que não haja questionamentos ou discussões raciais e de gênero. Todos estes comportamentos e a falta da prática reflexiva impedem que outras pessoas, inclusive os indígenas, apresentem, de certa forma, os seus próprios pensamentos.

É necessária a superação da visão eurocêntrica no jornalismo para que os povos indígenas tenham um maior protagonismo nas produções telejornalísticas. Mudar as representações sociais preconceituosas que estão em circulação é uma tarefa difícil de ser feita, pois “é preciso lembrar que não se trata apenas de circunscrever as palavras, no plano simbólico, mas também de reestruturar as configurações que se enraízam no imaginário” (CABRAL, 2013, p. 80). Não é possível "esvaziar-se" e "isentar-se" de preconceitos e estereótipos, deve haver uma reflexão sobre como “uma perspectiva anterior, fundadora, que nos ensinou, por exemplo, que a voz de uma indígena traz uma experiência particular, enquanto a do homem branco é científica, racional e universal” (MORAES, 2022, p. 62). Ao tentar "esvaziar-se" de preconceitos só posterga cada vez mais a reflexão do que deixamos de encarar, até mesmo como sociedade.

De acordo com Luciano Baniwa (2006), a recente revalorização das culturas indígenas está fazendo com que os povos originários iniciem um processo de recuperação do orgulho étnico e da autoestima identitária. Segundo o autor, a busca por esclarecimento sobre as denominações e conceitos surgem para valorizar “toda a riqueza histórica e cultural dos povos indígenas do Brasil” (LUCIANO, 2006, p. 29).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo**. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 21-39, 2012.

BECKER, Beatriz. **A Linguagem do Telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. **Mídia, controle discursivo e liberdade de expressão: o politicamente correto como princípio regulador**. Universidade do Minho, Braga, 2013. Disponível em: http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1687. Acesso em: 22 out. 2022.

CORREIA, João Carlos. **Comunicação e cidadania**: Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Lisboa: Horizontes, 2004.

CORREIA, João Carlos; PEREIRA JR, Alfredo Eurico Vizeu (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

EMERIM, Cárilda. **A produção da entrevista na tevê**. Animus (Santa Maria), Vol. 13, p. 11-25, 2008.

_____. **O texto na reportagem de televisão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS, 2010.

HOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

IBGE. **Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em: 22 jun.2024.

IJUIIM, Jorge Kanehide. **Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo**. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21874. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874>. Acesso em: 30 maio. 2024.

KASEKER, M.; GALASSI, A.N.; RIBEIRO, L.. **Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta**. MÍDIA E COTIDIANO. Rio de Janeiro: UFF, 2022.

KASEKER, Mônica; OTA, Angela. **O telejornalismo e o reconhecimento dos povos indígenas do Brasil como sujeitos comunicacionais**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. N.º 152, sección monográfico, p. 155-171. 2023.

_____. **Mário Juruna e o movimento indígena**: as lutas dos povos originários para romper a barreira do silenciamento. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. v. 5 n. 1, 2024.

KLEIN, Otavio José. **A mediação no telejornalismo em rede**: As reportagens da Rede Brasil Sul de Televisão sobre os indígenas caingangues no Rio Grande do Sul. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), UNISINOS, São Leopoldo.

LUCIANO BANIWA, Gersen. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MELO, Patricia Bandeira de. **Agenda e Discurso Midiático**: quando a minoria é notícia. O caso indígena na Imprensa em Pernambuco. In: FIDALGO, Antônio; SERRA, Paulo (orgs). Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Campos da Comunicação. Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico – v. 4, p. 177-182. 2005.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1. ed – Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. Daniel Munduruku. Youtube, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kwvzd1sfDMU>. Acesso em 09/09/2024

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PAPO DE PARENTE: o poder da palavra. Célia Xakriabá. Globoplay, 07 out. 2021. Podcast. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/podcasts/episode/papo-de-parente/b0abed61-1120-4b59-bd9b-566b88b26100/?s=0s>. Acesso em: 03/11/2022

RODA VIVA com Kaká Werá. Apresentação de Augusto Nunes. São Paulo: Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), 2017. Publicado pelo canal Roda Viva (81 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iwU5KNMf014>. Acesso em: 17/10/2022.

PORCELLO, Flávio A. C. **Mídia e poder**: o que esconde o brilho luminoso da tela da TV? Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, núm. 31, diciembre, 2006, pp. 79-84. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2006.

SAMPAIO, Osias Ramos Arnaud. **Jornalismo Indígena e Jornalismo Indigenista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Marcia Veiga da. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

URQUIZA, Moema Guedes. **Para mudar esse jeito de falar de índio**: notícias jornalísticas e o olhar de educadores indígenas. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

WARIU, Cristian. **Wari'u** - Canal sobre povos Indígenas no Brasil. Youtube, 23 ago. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=unkNjF_mINQ. Acesso em: 05/09/2024